

RELATÓRIO DE ATUAÇÃO CEAF 2021

Teresina(PI) Janeiro/ 2022

SUMÁRIO

| ١. | APRESENTAÇÃO | | | | |
|----|---|------------|-----------|---------------|--|
| 2. | DAS ATRIBUIÇÕES DO CE | EAF | | 0 | 3 |
| 3. | ESTRUTURA DO CEAF | | | |)5 |
| | 3.1 Estrutura de pess | soal | | |)5 |
| | 3.2 Estrutura física | | | 0 | 15 |
| 4. | DADOS ESTATÍSTICOS SERVIDORES NAS CAPAC | | | | |
| 5. | DIAGNÓSTICO SOBRE AS | | | | |
| 6. | REUNIÕES DO COLÉGIO | | | | |
| | DO BRASIL- CDEMP | | | | |
| | | PALESTRAS, | OFICINAS, | WORKSHOPS | 08 E |
| | DO BRASIL- CDEMP | PALESTRAS, | OFICINAS, | | 08 E |
| | DO BRASIL- CDEMP | PALESTRAS, | OFICINAS, | | 08 E 10 |
| | DO BRASIL- CDEMP EVENTOS: CURSOS, UTROS 7.1 Janeiro | PALESTRAS, | OFICINAS, | 1 | 08 E 10 |
| | DO BRASIL- CDEMP EVENTOS: CURSOS, UTROS 7.1 Janeiro 7.2 Fevereiro | PALESTRAS, | OFICINAS, | 1 | 08 0 0 0 |
| | DO BRASIL- CDEMP | PALESTRAS, | OFICINAS, | 111 | 08 0 0 0 2 |
| | DO BRASIL- CDEMP | PALESTRAS, | OFICINAS, | 111 | 08 0 0 0 2 5 6 |
| | DO BRASIL- CDEMP | PALESTRAS, | OFICINAS, | 111 | 08 0 0 0 2 5 6 |
| | DO BRASIL- CDEMP | PALESTRAS, | OFICINAS, | | 08 0 0 0 2 5 6 |

| | 7.10 | Outubro. | | | | | | 31 |
|----|-------------|-----------|---------|---------------|-------|-------------|-------|-------|
| | 7.11 | Novembr | ·o | | | | | 34 |
| | 7.12 | Dezembr | o | | | | | 38 |
| 8. | CURSOS E | M EAD 202 | 21- PLA | TAFORMA M | OODLE | | | 39 |
| 9. | CURSOS P | OR VIA DE | CONT | RATAÇÃO | | | | 41 |
| 10 | .INTEGRAN | TES DO N | IPPI C | ONTEMPLAD | os co | M BOLSAS DE | CURSO | OS DE |
| | PÓS-GRAD | UAÇÃO | NA | ESCOLA | DO | LEGISLATIVO | - | ANO |
| | 2021 | | | | ••••• | | | 43 |
| 11 | . PROJETO I | ENCONTR | O COM | A LEITURA | | | | 45 |
| 12 | .RELATÓRIO | O DA BIBL | IOTEC | ٩ | | | | 51 |

1. APRESENTAÇÃO

O Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CEAF – é órgão auxiliar do Ministério Público, previsto no art. 62 da Lei Complementar nº 12/1993 regido pelo Ato nº 612/2016 e tem como finalidade promover o aperfeiçoamento profissional e cultural de membros e servidores da Instituição. Para isso realiza cursos, seminários, congressos, simpósios, pesquisas, estudos e publicações.

O CEAF tem como meta permanente a melhoria dos serviços do Ministério Público à sociedade, o incremento de sua eficiência operacional e a racionalização dos recursos materiais e humanos disponíveis. Em 2021, indiretamente ou por meio de parcerias, o CEAF participou do aprimoramento cultural e profissional dos membros e servidores do Ministério Público com o intuito de elevar os padrões técnicos e científicos dos serviços prestados pela Instituição. Em um ano de muitos desafios, os destaques foram:

- Realização de eventos nas modalidades presencial, virtual e híbrida,
 conforme cenário de pandemia e necessidades pedagógicas;
- Aquisição de biblioteca digital;
- Realização de curso de adaptação para 03 (três) novos Promotores de Justiça ingressantes;
- Ampliação das capacitações virtuais através das plataformas Microsoft
 Teams e Moodle e do canal do MPPI no YouTube;
- Acessibilidade na transmissão de capacitações on-line, através da participação de intérprete em libras;
- Regionalização de treinamentos/ capacitações, através das plataformas digitais;
- Intercâmbio com outros órgãos, através de parcerias com outras instituições, tais como Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte e Escola do Legislativo estadual;
- Incentivo ao aprimoramento cultural, através do Projeto Encontro com a Leitura, realizado uma vez por mês;
- Ações para o lançamento da segunda edição da Revista Eletrônica do Ministério Público do Estado do Piauí:

- Grupos de Pesquisa e Estudo;
- Participação na organização e execução do 10° Processo Seletivo de Estagiário de graduação e do 2° Processo Seletivo de Estagiários de pós-graduação;
- Posse do novo Diretor do CEAF, o Procurador de Justiça do MPPI Fernando Melo Ferro Gomes.
- Disponibilização de bolsas integrais em cursos de pós-graduação a integrantes do MPPI, por intermédio de convênio firmado com a Escola do Legislativo estadual.

Registramos, no ano de 2021, 56 (cinquenta e seis) eventos promovidos pelo CEAF, realizados independentemente, em parceria com outros órgãos/setores do MPP ou por contratação de empresas com expertise em assuntos específicos.

Os principais eventos voltados à capacitação e aperfeiçoamento funcional desenvolvidos pelo CEAF, no ano de 2021, estão destacados no presente relatório.

2. DAS ATRIBUIÇÕES DO CEAF

O Centro de Estudo e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) é órgão auxiliar do Ministério Público, e tem por missão o aprimoramento profissional e cultural dos membros e servidores da Instituição (art. 62 da Lei Complementar 12/1993).

O CEAF é vinculado à Procuradoria-Geral de Justiça e destina-se a realizar todos os cursos, seminários, congressos, simpósios, pesquisas, atividades, estudos e publicações do Ministério Público, objetivando o aperfeiçoamento cultural, funcional e profissional dos membros e servidores do Ministério Público; o aprimoramento da execução ou prestação dos serviços do Ministério Público.

É um instrumento de fundamental importância para o aperfeiçoamento funcional dos membros e servidores, assim promove atividades de cunho educativo, formacional e cultural, nas modalidades presencial e a distância, de maneira autônoma ou em cooperação com instituições parceiras, fomentando o debate acerca de temas de relevante interesse institucional, para a comunidade jurídica e a sociedade em geral.

O Ato PGJ nº 612/2016 em seu art. 2º dispõe sobre as atribuições do CEAF-Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional no âmbito do MPPI:

Art. 2º.São atribuições do CEAF:

- **I** instituir:
- a) cursos para aperfeiçoamento e especialização de membros e servidores do Ministério Público;
- b) cursos preparatórios para os candidatos ao ingresso nos quadros institucionais e auxiliares do Ministério Público;
- II indicar os professores regulares e eventuais para os cursos e atividades do órgão, ouvindo o Procurador-Geral de Justiça;
- III estimular e realizar atividades culturais ligadas ao campo do Direito e ciências correlatas relacionadas às funções afetas à Instituição;
- IV promover cursos, oficinas, ciclos de estudos, reuniões, simpósios, seminários, congressos, e outros eventos abertos à frequência de membros e servidores do Ministério Público, e excepcionalmente, a outros profissionais com atuação em área vinculada às funções institucionais do Ministério Público;
- V apoiar projetos e atividades de ensino e pesquisa que se realizem para o aprimoramento dos membros e servidores do Ministério Público;
 - VI editar publicações de assuntos jurídicos e de interesse da Instituição;

- VII promover, em parceria com a Corregedoria-Geral do Ministério Público, curso de adaptação aos Promotores de Justiça Substitutos;
- **VIII** manter intercâmbio cultural e científico com instituições públicas e privadas, nacionais e estrangeiras;
- IX prestar serviços de organização de concursos públicos ou seleção pública para estagiários do Ministério Público do Estado do Piauí e promover curso de preparação para o ingresso no estágio;
- X organizar e administrar a Biblioteca do Ministério Público do Estado do Piauí, bem como opinar no processo de aquisição de obras e de disponibilização do seu acervo à consulta do público interno e externo;
- **XI -** zelar pelo reconhecimento e valorização do Ministério Público como instituição essencial à função jurisdicional do Estado;
- XII identificar e avaliar as necessidades de capacitação de membros e servidores do Ministério Público, emitindo parecer;
- XIII coordenar o acompanhamento dos programas de estágio com estudantes regularmente matriculados nas instituições educacionais públicas e privadas conveniadas com o MPPI;
- **XIV** exercer outras atividades que lhe forem atribuídas, compatíveis com seus fins institucionais.

3. ESTRUTURA DO CEAF

3.1 Estrutura de Pessoal

| DIREÇÃO CEAF/MPPI | |
|-------------------|--|
| | |

| DIRETOR GERAL DO CEAF | FERNANDO MELO FERRO GOMES |
|---------------------------|-------------------------------|
| DIRETORA GERAL SUBSTITUTA | GLADYS GOMES MARTINS DE SOUZA |

SECRETARIA DO CEAF

ASSESSORA PEDAGÓGICA – VIVIANE MARIA DE PÁDUA RIOS MAGALHÃES
TÉCNICA MINISTERIAL – ZÉLIA BEATRIZ MORAIS FERNANDES SOBRAL
ASSESSORA MINISTERIAL – NINA ARAÚJO MELO LEAL
ESTAGIÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO – LUÍS PEDRO OLIVEIRA SILVA (chegou no setor em dezembro de 2021)

BIBLIOTECA- WALDYR SILVA GUIMARÃES

| TÉCNICA MINISTERIAL | CERES | CRONEMBERGER | | R SOBF | SOBRAL | |
|---------------------|--------------|---------------|----|----------|--------|--|
| | FRANCO 2021) | (aposentou-se | em | dezembro | de | |
| | , | | | | | |

RECEPÇÃO

ANNA ALENCAR – RECEPCIONISTA/ TERCEIRIZADA

3.2. Estrutura Física

| <u></u> |
|---|
| Recepção |
| Três salas de aula |
| Sala da Diretoria |
| Sala da Secretaria e Assessoria Pedagógica e Administrativa |
| Sala de reuniões |
| Espaço "Café Cultural" |
| Biblioteca |
| Banheiros |

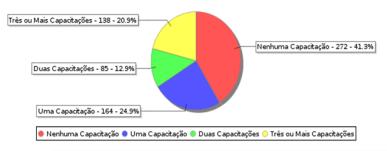
4. DADOS ESTATÍSTICOS QUANTO ÀS PARTICIPAÇÕES EM CAPACITAÇÕES DE MEMBROS E SERVIDORES

- 108 Membros capacitados: 64.3% do total de membros do MPPI;
- 387 Servidores capacitados: 58.7% do total de servidores do MPPI.

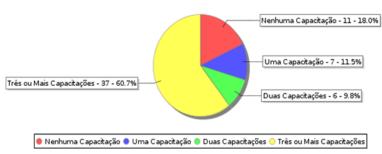
Classificações das Participações dos Membros nos Eventos



Classificações das Participações dos Servidores nos Eventos



Classificações dos Eventos por Quantidade de Membros



Classificações dos Eventos por Quantidade de Servidores

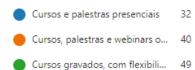


5. DIAGNÓSTICO SOBRE AS AÇÕES PEDAGÓGICAS REALIZADAS PELO CEAF EM 2021

Dados coletados em formulário enviado aos integrantes do MPPI em outubro e novembro de 2021:

Considerando a realização de ações de capacitação após o fim das medidas de isolamento social, você considera mais interessante qual das seguintes modalidades?

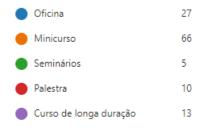
Mais Detalhes

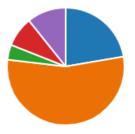




Qual das modalidades de capacitação oferecidas você considera mais eficiente e proveitosa?

Mais Detalhes

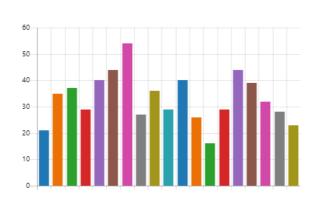




Que áreas de conhecimento você considera importante priorizar nas ações de capacitação a serem realizadas em 2022/2023?

Mais Detalhes





6. REUNIÕES DO COLÉGIO DE DIRETORES DE ESCOLAS E CENTROS DE ESTUDOS E APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL DOS MINISTÉRIOS PÚBLICOS DO BRASIL- CDEMP

I REUNIÃO ORDINÁRIA

A I Reunião Ordinária de 2021 do Colégio de Diretores de Escolas e Centros de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional dos Ministérios Públicos do Brasil – CDEMP ocorreu no dia 17 de março e contou com a participação virtual da Diretora do CEAF-MPPI em exercício, a Procuradora de Justiça do MPPI Teresinha de Jesus Marques. Durante o encontro ocorreu a posse da nova Diretoria do CDEMP 2021.

II REUNIÃO ORDINÁRIA

No dia 19 de abril ocorreu a II Reunião Ordinária de 2021 do CDEMP e a Diretora do CEAF-MPPI participou virtualmente do encontro. Na ocasião foram abordadas diversas pautas, dentre as quais destacamos: organização do Congresso virtual do CDEMP, publicação "MP Contemporâneo e do Futuro", exposição do programa de formação de formadores e apresentação do novo layout do site do CDEMP.

III REUNIÃO ORDINÁRIA

No dia 11 de agosto de 2021, o diretor do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF), Fernando Melo Ferro Gomes, e a assessora pedagógica, Viviane Rios, participaram virtualmente de reunião do Colégio de Diretores de Escolas e Centros de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do MP Brasileiro (CDEMP).

Durante a reunião, algumas pautas foram discutidas, tais como a eleição do vice-presidente, o Congresso Nacional Virtual do CDEMP, a apresentação da nova página da Escola Nacional do Ministério Público (ENAMP) e o formulário para diagnóstico situacional sobre a gestão de IPs de crimes violentos, letais e intencionais.

O objetivo das reuniões do CEDEMP é garantir unidade institucional no campo da produção e da difusão do conhecimento.

IV REUNIÃO ORDINÁRIA

A IV Reunião Ordinária 2021 do CDEMP ocorreu no dia 08 de setembro e o Diretor-Geral do CEAF-MPPI, Procurador de Justiça Fernando Melo Ferro Gomes participou do encontro na modalidade on-line.

Dentre outros assuntos, foi discutido durante a reunião: organização do Congresso Nacional do Cdemp/Enamp, diretrizes da Revista do Ministério Público Brasileiro, estratégias de comunicação integrada, sistema de Gestão Acadêmica, importância dos grupos de pesquisa e espaço de diálogo com o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e com a Escola Nacional do MP (Enamp).

I ENCONTRO NACIONAL DO CDEMP e V REUNIÃO ORDINÁRIA DO CDEMP

Ministério Público (Ceaf/MPPI), Gladys Gomes Martins de Sousa, participou, nos dias 24 e 25 de novembro de 2021, do I Encontro Nacional do CDEMP e da V Reunião Ordinária do Colégio de Diretores de Escolas dos Ministério Público do Brasil, os quais ocorreram, respectivamente, em Porto Alegre e Bento Gonçalves – Rio Grande do Sul.

A programação do primeiro dia do evento envolveu a realização de visitas institucionais ao CEAF do MP gaúcho e à Fundação Escola Superior do Ministério Público. No segundo dia, os diretores e representantes de Escolas dos Ministérios Públicos participaram de oficina de planejamento estratégico do CDEMP para 2022.

Durante as reuniões plenárias foram apresentadas a prestação de contas do Colégio de Diretores, a eleição das novas diretorias do CDEMP e da ENAMP para 2022-2023, a definição da contribuição anual e das datas das reuniões do próximo ano.

7. EVENTOS: CURSOS, PALESTRAS, OFICINAS, WORKSHOPS E OUTROS

7.1. JANEIRO

REUNIÃO DE TRABALHO ON LINE "PERICIAR+: DIÁLOGO INTERINSTITUCIONAL ENTRE PERITOS CRIMINAIS E MEMBROS DO MPPI EM PROL DA CELERIDADE E DO APERFEIÇOAMENTO DA PERSECUÇÃO CRIMINAL"

O Ministério Público do Piauí promoveu, no dia 28 de janeiro de 2021, a reunião de trabalho interinstitucional entre Promotores de Justiça que atuam na área criminal e Peritos Criminais da Polícia Civil do Estado. A iniciativa consistiu em uma etapa do Projeto PericiAR+, idealizado pelo Grupo de Atuação Especial de Controle da Atividade Policial – GACEP. O encontro foi organizado com o apoio do Centro de Apoio Operacional às Promotorias Criminais – CAOCRIM e do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CEAF.

A reunião teve como objetivo o aprimoramento e o fortalecimento do diálogo entre os membros do Ministério Público e os peritos do Instituto de Criminalística, com vistas a uma maior assertividade das requisições de perícias balísticas, a ensejar maior eficiência nos trabalhos do inquérito policial e celeridade na elaboração e disponibilização dos laudos.



7.2. FEVEREIRO

OFICINA INOVA

A Oficina Inova ocorreu na modalidade on-line, no dia 05 de fevereiro de 2021 e foi ministrada pela servidora do MPPI lotada no setor de Planejamento e Gestão Nayrah Helyse Pereira Machado.

O evento foi realizado com o objetivo de capacitar os servidores do Órgão que auxiliam os membros dos Centros de Apoio, Procon, Ouvidoria, GACEP e Nupevid na alimentação do Sistema Inova, o qual é utilizado para monitoramento de projetos. Durante a oficina foi apresentado o Sistema citado acima e foi abordada a aplicação do mesmo na gestão de projetos.

WEBINAR "DIÁLOGO INSTITUCIONAL E INTERINSTITUCIONAL SOBRE O CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL"

Com o objetivo de expandir o conhecimento e o aprimoramento da atuação institucional do MPPI no Controle Externo da atividade policial e a tutela difusa da

segurança pública, o Ministério Público do Estado do Piauí (MPPI) realizou, no dia 11 de fevereiro de 2021, o webinar "Diálogo Institucional e Interinstitucional sobre o Controle Externo da Atividade Policial". Esse evento foi articulado pelo Grupo de Atuação Especial de Controle Externo da Atividade Policial (GACEP), em parceria com o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF), constituindo uma etapa do projeto "MPPI Sempre Presente na Defesa da Segurança Pública".

O webinar foi mediado pela Promotora de Justiça e Coordenadora do GACEP, Fabrícia Barbosa de Oliveira e pelo Promotor de Justiça e membro do GACEP, Marcelo de Jesus Monteiro Araújo. Palestraram no evento o Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Paraná - MPPR- e membro do Grupo de Atuação Especializada em Segurança Pública (GAESP), Alexey Choi Caruncho, e os Auditores de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado do Piauí - TCE-PI João Luís Cardoso Figueiredo Júnior, Arthur Rosa Ribeiro Cunha e Rayane Marques da Silva Macau.

A Promotora de Justiça Fabrícia Barbosa destacou a importância de o Ministério Público atuar de forma planejada, articulada e integrada, tanto entre seus órgãos internos como também com os órgãos de controle, no intuito de fomentar o diálogo e o aprimoramento da atuação institucional do MPPI no controle externo da atividade policial e na tutela difusa da segurança pública.

Em sua palestra, o Promotor de Justiça do MPPR, Alexey Choi Caruncho, fez uma exposição de como a concepção de controle externo foi mudando ao longo dos anos, desde 2011 até os dias atuais, e destacou os avanços nas articulações e forma de atuação do Ministério Público. A segunda palestra foi ministrada pelos Auditores de Controle Externo do TCE-PI, João Luís Cardoso, Rayane Macau e Arthur Rosa, que expuseram os principais aspectos das auditorias na área de segurança pública realizadas desde a criação da Divisão, com destaque para as auditorias de Gestão e governança dos órgãos de segurança pública, do I Plano Estadual de Segurança Pública, e do Instituto de Identificação João de Deus.

O evento teve a participação de mais de 120 pessoas, incluindo integrantes do Ministério Público brasileiro de vários Estados, como Ceará, Bahia, Paraná, Pernambuco, Pará, Rondônia e Goiás e de auditores dos Tribunais de Contas.



OFICINA "INDICADORES E METAS"

A oficina "Indicadores e Metas" ocorreu no dia 12 de fevereiro de 2021, na modalidade virtual, através da plataforma Microsoft Teams e foi conduzida pelo servidor do MPPI Vicente Oliveira Miranda Filho.

O treinamento surgiu da necessidade de melhorar o trabalho de acompanhamento dos resultados alcançados pelas unidades administrativas do MPPI a partir da definição de indicadores, metas e iniciativas estratégicas de modo a proporcionar informações e a avaliação do desempenho pelo gerenciamento de metas.

7.3. MARÇO

MINICURSO "USO DO MODELO NACIONAL DE INTEROPERABILIDADE - MNI PARA USUÁRIOS QUE REALIZAM A DISTRIBUIÇÃO E EXECUÇÃO - REGIONAIS CAMPO MAIOR/OEIRAS/PIRIPIRI/SÃO RAIMUNDO/CORRENTE/ PARNAÍBA"

A qualificação ocorreu com o objetivo de capacitar os Promotores de Justiça e os servidores do MP no uso da Interoperabilidade e foi ministrada pelos servidores ministeriais lotados no setor de Tecnologia e Informação Breno Reis do Nascimento, José Magno Leal Silva e Rafael Cardoso Coelho.

O Minicurso foi transmitido pelo Teams e ocorreu no dia 08 de março de 2021 para os servidores lotados na Distribuição e Execução das regionais de Campo Maior, Oeiras, Piripiri, São Raimundo Nonato e Corrente e no dia 17 de março de 2021 para os servidores lotados na regional de Parnaíba

CAPACITAÇÃO SIMP - SERVIDORES DO GAECO

A Capacitação "SIMP para servidores do GAECO" ocorreu no dia 10 de março de 2021, através da plataforma Microsoft Teams e foi ministrada pelo servidor do MPPI lotado no setor de Tecnologia e Informação Breno Reis do Nascimento.

O minicurso teve como objetivo capacitar os servidores do GAECO quanto à operacionalização do SIMP.

OFICINAS VIRTUAIS "IMPLANTAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DOS FUNDOS DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA (FIAS)"



O primeiro encontro da programação da Oficinas Virtuais de implantação e regularização dos Fundos da Infância e Adolescência (FIAs), promovidas pelo Centro de Apoio Operacional de Defesa da Infância e Juventude (CAODIJ) do Ministério Público do Piauí, ocorreu no dia 11 de marco de 2021 e o tema foi "Explicando o Fundo da Infância e Adolescência".

As atividades foram conduzidas pela coordenadora do CAODIJ, promotora de Justiça Silvia Reis, e pelo assessor Claudeir Alcântara.



O segundo dia da programação ocorreu em 25 de março e o tema foi "Orçamento público e o fundo da infância e adolescência". As atividades foram conduzidas pela coordenadora do CAODIJ, promotora de Justiça Silvia Reis, e pelo convidado Ramon Patrese, auditor fiscal de controle externo do TCE.



Para o último dia de programação, que ocorreu em 07 de abril do corrente ano, o palestrante convidado foi Antônio José Mendes, que é presidente do Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente e explanou sobre o tema "Conselho de Direitos e o papel na regularização do FIA".



MINICURSO "ROTINAS DE DISTRIBUIÇÃO E DE GESTÃO DE PROTOCOLO NO SISTEMA SEI PARA SERVIDORES DAS PROMOTORIAS DE ALTOS, ALTO LONGÁ E BENEDITINOS"

Em 19 de março de 2021 ocorreu, através da plataforma Microsoft Teams, o MINICURSO "Rotinas de Distribuição e de Gestão de Protocolo no Sistema SEI" para servidores das Promotorias de Altos, Alto Longá e Beneditinos.

O objetivo da capacitação foi treinar a equipe das cidades citadas acima no tocante à distribuição processual e de Gestão de Protocolo no Sistema SEI.

O treinamento foi ministrado pelos servidores do MPPI Daniel Ribeiro Marques, Breno Reis do Nascimento, **José** Lustosa de Sousa Filho e Marcilio de Oliveira Silva.

WEBINAR "INTRODUÇÃO À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS"

O Ministério Público do Piauí promoveu no dia 24 de março um curso de introdução à LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados. A iniciativa foi articulada e executada pela Ouvidoria e pelo CEAF – Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional e a capacitação foi realizada por videoconferência.

O objetivo do webinar foi promover a capacitação dos membros e servidores da Instituição no que diz respeito à compreensão da finalidade, princípios e conceitos básicos da legislação sobre proteção de dados e possibilitar melhor entendimento sobre o funcionamento da Lei no que diz respeito aos órgãos públicos, a fim de conscientizar sobre a importância da preservação dos dados pessoais.

O ministrante do curso foi o advogado Berto Igor Caballero. Na oportunidade foram abordados conceitos básicos da Lei de Proteção de Dados, como a noção do papel a ser desempenhado por agentes que devem atuar na proteção de informações pessoais.

7.4. ABRIL

ENCONTRO INTERINSTITUCIONAL DO MPPI E DO MPPB - DIREITO DAS VÍTIMAS"

Os Ministérios Públicos do Piauí e da Paraíba realizaram, nos dias 05 e 06 de abril de 2021, o Encontro Interinstitucional, que trouxe como destaque o debate sobre a proteção aos direitos das vítimas de crimes.

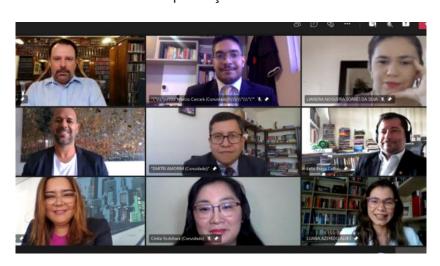
O encontro teve início às 14h45 com falas de abertura dos promotores de Justiça Eliane Gaia, do MP do Pernambuco, e Lélio Calhau, do MP de Minas Gerais. Ambos destacaram a importância do evento como um exemplo para todo o MP nacional, em especial na atuação em prol das vítimas.

Na sequência, o procurador da República na 4ª região Douglas Fischer discutiu sobre o tema "Obrigações Processuais Penais Positivas e o Direito das Vítimas". O momento foi mediado pelo promotor de Justiça Dmitri Nóbrega Amorim, do MP da Paraíba.

Em seguida, o promotor de Justiça Danni Sales, do MP de Goiás, palestrou sobre a influência da vítima no sistema de tomada de decisões dos jurados e contou com a mediação do promotor de Justiça Márcio Giorgi Carcará, do MP do Piauí.

Encerrando o ciclo de palestras, a psicóloga Cíntia Yoshihara tratou sobre as repercussões psicológicas dos crimes nas vítimas. A psicóloga do MPPI Liandra Nogueira foi quem mediou o debate.

O evento foi organizado pelos CAOs Criminais do MPPI e do MPPB, com apoio dos Centros de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional de ambas instituições.



MINICURSO "DIGITALIZAÇÃO E VIRTUALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS NAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA"

O minicurso "Digitalização e Virtualização de Procedimentos Extrajudiciais nas Promotorias de Justiça" surgiu da necessidade de virtualizar os procedimentos que tramitam nas promotorias de justiça possibilitando a otimização do teletrabalho e entregas de resultados eficientes.

A capacitação objetivou a capacitação dos integrantes do núcleo das promotorias de justiça de são Raimundo Nonato (1ª, 2ª, 3ª e 4ª promotorias de justiça) e demais servidores do MPPI sobre a digitalização e virtualização de procedimentos extrajudiciais.

O minicurso ocorreu no dia 09 de abril, foi transmitido pela plataforma Teams e foi ministrado pelos Promotores de Justiça Cléia Fernandes e Sinobilino Pinheiro e pelos servidores Juliano Monte e Vicente Miranda

MINICURSO "USO DO MNI PARA USUÁRIOS QUE REALIZAM A DISTRIBUIÇÃO E EXECUÇÃO- REGIONAL FLORIANO, PICOS E TERESINA"

A qualificação ocorreu com o objetivo de capacitar os Promotores de Justiça e os servidores do MP no uso da Interoperabilidade e foi ministrada pelos servidores ministeriais lotados no setor de Tecnologia e Informação Breno Reis do Nascimento, José Magno Leal Silva e Rafael Cardoso Coelho.

O Minicurso foi transmitido pelo Teams e ocorreu no dia 13 de abril de 2021 para os servidores lotados na Distribuição e Execução das regionais de Floriano e Picos e no dia 29 de abril de 2021 para os servidores lotados na regional de Teresina.

7.5. MAIO

MINICURSO "USO DO MNI PARA USUÁRIOS QUE REALIZAM A DISTRIBUIÇÃO E EXECUÇÃO – PROCURADORIAS DE JUSTIÇA DO MPPI"

A capacitação ocorreu com o objetivo de qualificar os Procuradores de Justiça e os servidores do MP no uso da Interoperabilidade e foi ministrada pelos servidores ministeriais lotados no setor de Tecnologia e Informação Breno Reis do Nascimento, José Magno Leal Silva e Rafael Cardoso Coelho.

O Minicurso foi transmitido pelo Teams e ocorreu no dia 04 de maio de 2021 para os servidores lotados na Distribuição e Execução das Procuradorias de Justiça do MPPI.

OFICINA "PLATAFORMA INOVA"

A Oficina Inova ocorreu na modalidade on-line, no dia 14 maio de 2021 e foi ministrada pela servidora do MPPI lotada no setor de Planejamento e Gestão Nayrah Helyse Pereira Machado.

O evento foi realizado com o objetivo de capacitar os servidores do Órgão que auxiliam os membros dos Centros de Apoio, Procon, Ouvidoria, GACEP e Nupevid na alimentação do Sistema Inova, o qual é utilizado para monitoramento dos projetos. Durante a oficina foi apresentado o Sistema Inova e foi abordada a aplicação do Sistema na gestão de projetos.

WEBINAR "ESTRATÉGIAS DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES"

O Ministério Público do Piauí, por meio do Centro de Apoio Operacional de Defesa da Infância e Juventude (CAODIJ), promoveu no dia 20 de maio de 2021 evento virtual com o tema "Estratégias de prevenção à violência sexual contra crianças e adolescentes". A iniciativa fez parte do conjunto de ações que foram desenvolvidas

pelo MPPI durante o Maio Laranja, campanha que visou o combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes.

A programação do evento, que foi transmitido pelo canal oficial do MPPI no YouTube, envolveu a realização de duas apresentações e um momento de interação com os participantes. A primeira parte foi conduzida pela promotora de Justiça Sílvia Reis, que expôs para os participantes um panorama do enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil e no Piauí.

Em seguida, o público acompanhou a palestra do psicólogo Rudinei Luiz Beltrame. O profissional discutiu sobre o tema "Entendendo os sinais indicativos, conhecendo os fatores de risco e discutindo estratégias de prevenção". A mediação entre o palestrante e os participantes foi conduzida pela analista ministerial de psicologia, Liandra Nogueira.



WEBINAR "DESAFIOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA ESCUTA ESPECIALIZADA"

O Ministério Público do Piauí Iançou no dia 26 de maio, o Programa Infância e Juventude Protegida, elaborado pelo Centro de Apoio Operacional de Defesa da Infância e da Juventude (CAODIJ). O evento foi articulado pelo órgão auxiliar e em parceria com o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF). A iniciativa fez parte do conjunto de ações que foram realizadas em alusão ao Maio Laranja, mês de conscientização e combate ao abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes.

Para marcar o lançamento do programa foi realizado evento virtual, com transmissão ao vivo pelo canal oficial do MPPI no YouTube. A transmissão alcançou quase 600 visualizações.

O público assistiu a palestra "Desafios para a implementação da Escuta Especializada" ministrada pelo promotor de Justiça Rodrigo Cézar Medina da Cunha, coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias da Infância e Juventude do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.

WORKSHOP "CONSTELAÇÃO FAMILIAR E POSTURA SISTÊMICA NA VIDA PESSOAL E PROFISSIONAL: DA TEORIA À PRÁTICA"

O Ministério Público do Estado do Piauí, por meio do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF), realizou, no dia 31 de maio de 2021, um Workshop sobre Constelação Familiar e Postura Sistêmica para membros e servidores da instituição.

O evento contou com a participação do promotor de Justiça do Ministério Público de São Paulo Fábio Rodrigues Lima, que também é palestrante, professor e articulador do Pólo Irradiador de Cultura de Paz de São José dos Campos/SP. O workshop teve o objetivo de abordar ferramentas sistêmicas aplicáveis nos locais de convivência, inclusive órgãos públicos, com integração de equipes e uma maior eficácia na prestação do serviço e nos relacionamentos pessoais.

O promotor e palestrante Fábio Rodrigues Lima também explicou como a constelação familiar e a postura sistêmica podem ser utilizadas na atuação profissional e auxiliar na resolução de problemas e conflitos dinâmicos em casos jurídicos, possibilitando identificar o que está por trás do conflito que gerou o processo judicial, o que torna as técnicas instrumentos de pacificação social.



7.6. JUNHO

I JORNADA AMBIENTAL

O Ministério Público do Estado do Piauí, por intermédio do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Meio Ambiente (CAOMA) e do Centro de Estudo e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF), realizou a I Jornada Ambiental, nos dias 04 e 07 de junho de 2021, em alusão ao Dia do Meio Ambiente, celebrado em 05 de junho.

O tema da palestra do primeiro dia foi "Saneamento Básico: Inovações e desafios para o Ministério Público" e contou com a participação do promotor de Justiça do MPMA Luis Fernando Cabral Barreto Junior, que também é coordenador do Centro de Apoio Operacional de Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Cultural (CAO-UMA). Durante o evento, o citado convidado explanou sobre a relação das inovações do saneamento básico com a atuação prática do Ministério Público e sobre os

principais desafios enfrentados, com o intuito de auxiliar e preparar a instituição ministerial para atuar na área do meio ambiente



O segundo dia de palestra da I Jornada Ambiental ocorreu em 07 de junho contou com a temática "Aspectos práticos da regularização fundiária urbana" e a presença do professor e especialista em Direito Registral Imobiliário João Pedro Lamana Paiva, que também é Registrador Titular do Registro de Imóveis da 1ª Zona de Porto Alegre/RS. A coordenadora do CAOMA, promotora de Justiça Ednolia Evangelista, realizou a abertura e a mediação do evento.

Durante o evento, o professor e especialista João Pedro Lamana explicou que a regularização fundiária das propriedades é crucial para o desenvolvimento do país.

O objetivo da I Jornada Ambiental foi aprimorar os conhecimentos técnicos dos integrantes da instituição ministerial e garantir uma atuação proativa que concretize a proteção ao meio ambiente.



OFICINA "INDICADORES ESTRATÉGICOS"

A Oficina foi ministrada pela servidora do MPPI Nayrah Helyse e ocorreu no dia 08 de junho de 2021, na modalidade virtual. A capacitação foi motivada pela necessidade institucional de possuir indicadores sociais para que se possa mensurar a efetividade e resolutividade do projeto.

WEBINAR "APRESENTAÇÃO DAS FUNCIONALIDADES DO PERFIL PPE PESQUISAS"

O Grupo de Atuação Especial de Controle Externo da Atividade Policial (GACEP) em parceria com o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF), realizou, no dia 18 de junho, reunião de trabalho, por meio de videoconferência, com o objetivo de apresentar aos integrantes do MPPI as funcionalidades do Perfil PPE Pesquisas, desenvolvido pelo Sinesp.

O PPE foi desenvolvido com o objetivo de estabelecer um padrão nacional para os registros de ocorrências e procedimentos policiais nos diversos entes da federação. Em 27/04/2021, foi formalizado o Acordo de Cooperação Técnica N° 09/2021, pelo MPPI, por intermédio do GACEP, a SSP-PI e a Delegacia-Geral da PCPI, que garantiu o acesso dos membros do MP ao Sinesp PPE, de forma pioneira no Brasil.



WEBINAR "OS DESAFIOS PARA A ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA A PESSOA IDOSA"

O Ministério Público do Estado do Piauí (MPPI), por meio do Centro de Apoio Operacional de Defesa da Educação e Cidadania (CAODEC), e com o auxílio da 28ª Promotoria de Justiça de Teresina, realizou, no dia 22 de junho de 2021, uma palestra virtual sobre os desafios para a atuação do Ministério Público no enfrentamento da violência contra a pessoa idosa.

Com o mote: "Vamos Viver Tudo que Há Pra Viver", a iniciativa integra um movimento global, realizado neste período, em alusão ao Dia Internacional de Conscientização e Enfrentamento à Violência contra a Pessoa Idosa, Iembrado no dia 15 de junho.

A "Rede Longevidade", projeto idealizado pelo MPPI, que objetiva ampliar e aprimorar a assistência às pessoas idosas no Piauí foi lembrado durante o evento. Fazem parte da Rede representantes de entidades envolvidas com a promoção de políticas públicas para pessoas idosas.

Do Ministério Público do Ceará (MPCE), o promotor de Justiça Alexandre Alcântara, apresentou seis desafios para superação da violência contra a pessoa idosa: conquistar a adesão da instituição (membros, servidores e estagiários) para a

temática do envelhecimento; olhar mais abrangente sobre o envelhecimento; situar a violência contra a pessoa idosa no contexto de violência da sociedade brasileira; trabalhar com eficiência em rede, inclusive com um protocolo de atendimento; construir ações, projetos de impacto coletivo no âmbito do MP e escrever sobre experiências profissionais relacionadas às pessoas idosa em artigos, livros, teses.



WEBINAR "FORMULÁRIO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DE RISCO: UMA FERRAMENTA DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO AOS CRIMES E DEMAIS ATOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER"

O Ministério Público do Piauí realizou, no dia 24 de junho, palestra de capacitação sobre o Formulário Nacional de Avaliação de Risco. O evento foi uma iniciativa conjunta do Núcleo de Promotorias de Justiça de Defesa da Mulher Vítima de Violência Doméstica e Familiar (NUPEVID) e do Centro de Apoio Operacional às Promotorias Criminais (CAOCRIM), com a parceria do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF). A capacitação foi realizada por videoconferência e transmitida pelo canal oficial do MPPI no YouTube.

A palestra teve como objetivo capacitar membros, servidores, estagiários, estudantes, profissionais das diversas áreas e de outras instituições sobre a prevenção e o enfrentamento dos crimes e demais atos de violência doméstica e familiar contra a mulher. Por meio da exposição, os participantes tiveram acesso a mais esclarecimentos acerca do Formulário Nacional, que é uma ferramenta criada em conjunto pelos Conselhos Nacionais de Justiça (CNJ) e o do Ministério Público (CNMP) para evitar o agravamento da violência doméstica no Brasil.

Pala falar sobre a ferramenta foi convidada a promotora de Justiça Sara Gama Sampaio, do Ministério Público do Estado da Bahia (MPBA). Ela é coordenadora da Comissão Permanente de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (COPEVID), que é ligada ao Conselho Nacional de Procuradores-Gerais dos Ministérios Públicos dos Estados e da União (CNPG).

PALESTRA "COMBATE ÀS FACÇÕES CRIMINOSAS PELO GAECO/MPPI"

A capacitação, que ocorreu no dia 29 de junho, teve o objetivo de apresentar o projeto de combate à facções criminosas elaborado pelo GAECO/MPPI.

O evento foi transmitido através do aplicativo Microsoft Teams e contou com a participação dos membros Débora Geane, Lenara Batista e José William e do servidor Thiago Soares

7.7. JULHO

PALESTRA "NOVA LEI DE LICITAÇÕES: ASPECTOS CÍVEIS, CRIMINAIS E ADMINISTRATIVOS"

O Ministério Público do Piauí, em parceria com os demais órgãos que integram a Rede de Controle da Gestão Pública no Estado, promoveu nos dias 01 e 02 de julho de 2021, o seminário virtual "Nova Lei de Licitações: aspectos cíveis, criminais e administrativos". No âmbito da instituição ministerial, o evento foi articulado pelos Centros de Apoio Operacionais às Promotorias Criminais (CAOCRIM) e o de Combate à Corrupção e Defesa do Patrimônio Público (CACOP), juntamente com o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF). A transmissão foi realizada no canal oficial do MPPI no YouTube.

A programação do evento inclui a realização de três palestras, visando a capacitação de membros, servidores e estagiários do MPPI e de integrantes de outras instituições, acerca da Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021), abordando em particular os aspectos cíveis, criminais e administrativos do tema. O marco regulatório estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administração Pública Diretas, Autárquica e Fundacional da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

A primeira exposição do seminário foi a palestra "Aspectos Criminais da Nova Lei de Licitações", ministrada pelo promotor de Justiça Rogério Sanches Cunha, integrante do Ministério Público do Estado de São Paulo.

Em seguida, os participantes acompanharam a segunda palestra do dia, que tratou dos aspectos cíveis da Nova Lei de Licitações. O convidado a falar sobre o assunto foi promotor de Justiça Igor Pereira Pinheiro, do Ministério Público do Estado do Ceará, doutorando em Ciências Jurídico-Políticas pela Universidade de Lisboa.



A palestra do dia 02 de julho teve como tema "A Nova Lei de Licitações na Visão dos Órgãos de Controle" e o expositor foi o auditor federal de controle externo Márcio Motta, do Tribunal de Contas da União (TCU).



WEBINAR "SIMQ - SISTEMA DE MONITORAMENTO DE MATERIAIS QUESTIONADOS: ANÁLISE À LUZ DA REGULAMENTAÇÃO LEGAL DA CADEIA DE CUSTÓDIA"

No dia 07 de julho, o projeto da cadeia de custódia desenvolvido pelo Grupo de Atuação Especial no Combate ao Crime Organizado (GAECO) foi apresentado a membros e servidores do MPPI e de órgãos parceiros. O Sistema de Monitoramento de Materiais Questionados (SIMQ) vai monitorar materiais que compõem o acervo probatório em investigações criminais empreendidas pelo GAECO, de acordo com a regulamentação do Código de Processo Penal, modificado pela Lei 13.964/19.

A promotora de Justiça do Ministério Público do Rio de Janeiro, Simone Sibílio, palestrou sobre "A cadeia de custódia no direito brasileiro a partir da Lei nº 13.964/2019". A ministrante também explanou sobre a sua experiência em relação aos protocolos da cadeia de custódia no Rio de Janeiro e finalizou falando que é imprescindível o aperfeiçoamento e que os Ministérios Públicos devem zelar pelo

procedimento.

O sistema foi apresentado pelo técnico Ministerial da Área Informática do MPPI e coordenador do Núcleo de Tecnologia da Informação do GAECO, Thiago de Araújo Costa Soares, que mostrou como o SIMQ funciona na prática.

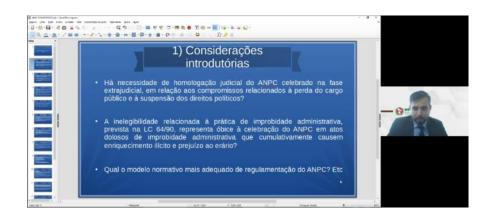


WEBINAR "ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO CÍVEL"

No dia 08 de julho de 2021, o Ministério Público do Estado do Piauí promoveu palestra virtual sobre o Acordo de Não Persecução Cível (ANPC). O evento foi uma iniciativa do Centro de Apoio Operacional de Combate à Corrupção e Defesa do Patrimônio Público (CACOP) e do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF), com o objetivo de qualificar membros, servidores e estagiário sobre o ANPC no âmbito do órgão ministerial piauiense.

Recentemente foi aprovada a Resolução 04/20, do Colégio de Procuradores, que regula o uso do ANPC no âmbito do MPPI. Para falar sobre a temática, o palestrante convidado foi o promotor de Justiça do Ministério Público do Ceará, José Silderlândio do Nascimento. A mediação e a abertura do evento foram realizadas pelo promotor de Justiça do MPPI e Coordenador do CACOP, Sinobilino Pinheiro.

Durante o evento, o promotor José Silderlândio debateu sobre o Pacote Anti-Crime, os vetos relacionados ao ANPC, as regulamentações ministeriais do Acordo, as sanções avançadas e a homologação do ANPC e sobre alguns pontos da proposta de resolução do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). O convidado também explanou sobre a perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos, que é uma das principais discussões relacionadas à atuação do Ministério Público e ao ANPC.



WEBINAR "QUEIMADAS E INCÊNDIOS FLORESTAIS: PREVENÇÃO E COMBATE"

Com o objetivo de prevenir e combater as queimadas e incêndios florestais no Piauí, o Ministério Público do Piauí realizou no dia 09 de julho o II Webinar Queimadas e Incêndios Florestais: Prevenção e Combate. O evento foi idealizado pelo Centro de Apoio Operacional de Defesa do Meio Ambiente (CAOMA), com o apoio do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF).

O Webinar teve o objetivo de orientar sobre prevenção e combate a queimadas e incêndios florestais e fomentar a instalação de brigadas municipais, e contou com a presença de profissionais das áreas de educação, saúde e segurança pública.

As palestras integram o Plano Geral de Atuação (PGA) para o biênio 2020/2021, por meio do projeto "MPPI Sempre Presente na Prevenção e Combate às Queimadas e Incêndios Florestais".

A primeira palestra, com o tema "Queimadas: uma ameaça ambiental e sanitária", contou com a presença de Caíque Rodrigues de Carvalho Sousa, Doutorando e Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). O palestrante também destacou sobre um projeto escolar na cidade de Manaus, em que crianças possuem contato com a educação ambiental, fortalecendo a consciência crítica e estimulando a mobilização sociopolítica.

Na segunda palestra, o Capitão Arlindo Neto do Quadro de Oficiais do Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão (QOCBM) explanou sobre o tema "Estratégias para evitar e combater o fogo nocivo". Para complementar, o palestrante apresentou uma cartilha sobre queima controlada, que consiste no uso de fogo em atividades agrícolas em áreas habilitadas e previamente definidas, com o objetivo de prevenir incêndios.



PALESTRA VIRTUAL "PREVENÇÃO DE ACIDENTES DOMÉSTICOS E NOÇÕES BÁSICAS DE PRIMEIROS SOCORROS"

Por conta do aumento nos casos de acidentes domésticos durante a pandemia, o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) realizou palestra virtual com o tema "Prevenção de Acidentes domésticos e Noções Básicas de Primeiros Socorros". Para falar sobre o assunto, foi convidada a tenente do Corpo de Bombeiros Analice Padilha de Almeida, que também é integrante do Núcleo de Controle Interno da corporação e bacharela em Fisioterapia.

Segundo a tenente, quem mais sofre acidentes domésticos são crianças e idosos, e o local com maior ocorrência de acidentes nas residências é a cozinha. Foram dadas algumas dicas para a prevenção, como, por exemplo, não deixar os cabos das panelas virados para fora durante a utilização, para evitar que pessoas os puxem e sofram ferimentos com o objeto ou a comida quente; enrolar os cabos e guardar eletrodomésticos após o uso; em hipótese alguma, permitir que as crianças brinquem com fogo; em casas de andar, não deixar objetos pela escada, para evitar tropeços e quedas e não deixar substâncias tóxicas ao alcance das crianças.



PALESTRA "STALKING E CYBERSTALKING: 15 ANOS DA LEI MARIA DA PENHA"

O Ministério Público do Piauí realizou, no dia 05 de agosto de 2021, palestra virtual alusiva aos 15 anos de vigência da Lei Federal nº 11.340/2006, a Lei Maria da Penha. A legislação representa um marco importante para a prevenção, o combate e a responsabilização a todas as formas de violência praticadas contra as mulheres no país. A iniciativa desta capacitação foi organizada pelo Núcleo de Promotorias de Justiça de Defesa da Mulher Vítima de Violência Doméstica e Familiar (NUPEVID), pelo Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça Criminais (CAOCRIM) e pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF). O debate foi transmitido no canal oficial do MPPI no YouTube.

A exposição abordou o tema "Stalking e Cyberstalking: 15 anos da Lei Maria da Penha", com o objetivo de trazer à discussão o crime de perseguição, o chamado Stalking, em inglês. O artigo sétimo da Lei Maria da Penha identifica a perseguição, seja por vigilância constante ou por perseguição persistente, como um tipo de comportamento que caracteriza a prática de violência psicológica. Recentemente, em dia 31 de março deste ano, foi publicada a Lei Federal nº 14.132, que alterou o Código Penal para incluir o artigo147-A, tipificando como crime o ato de perseguição (stalking), que até então era apenas contravenção penal de perturbação. A pena para esse crime é de seis meses a dois anos de detenção.

Ana Lara Camargo de Castro, que é promotora de Justiça do Ministério Público de Mato Grosso do Sul e atual coordenadora do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO), introduziu a apresentação falando de alguns casos de perseguição praticados contra celebridades americanas, que ganharam visibilidade mundial. No segundo momento, Ana Lara discorreu sobre a concepção das primeiras leis tratando desse tipo de infração. Por último, foram mostrados os conceitos e as características da perseguição e os perfis dos indivíduos que empreendem esse tipo de delito.



PALESTRA VIRTUAL "CDC 31 - TRINTA E UM ANOS DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR"

No dia 10 de setembro de 2021, o Ministério Público do Estado do Piauí realizou palestra virtual em alusão aos 31 anos do Código de Defesa do Consumidor. Promulgada em 1990, a Lei Federal nº 8.078 introduziu um conjunto de normas legais voltadas para orientar as relações entre empresas, prestadores de serviços e clientes, assim como para a defesa dos direitos do consumidor.

A iniciativa, articulada pelo Programa Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor (PROCON) em parceria com o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF), contou com a participação de palestrantes para explanar sobre as abordagens temáticas "Visual Law e o Direito do Consumidor" e "Principais golpes online e como se defender".

Para falar sobre Visual Law e Direito do Consumidor, o palestrante convidado foi o advogado Bernardo de Azevedo e Sousa, que também é professor na pós-graduação em Direito da UCS e mestre em Ciências Criminais pela PUCRS. O Visual Law consiste em uma intersecção entre direito, design e tecnologia, com o objetivo de aprimorar a comunicação jurídica de forma fluída e visual.

A segunda palestra foi sobre golpes aplicados no mercado de consumo piauiense e formas de prevenção. A explanação foi feita pelo Delegado de Polícia Civil e Titular da Delegacia de Repressão a Crimes de Informática da Polícia Civil do Piauí, José Anchieta Nery, que destacou sobre alguns cuidados que são essenciais na prevenção, tais como ficar atento às mensagens solicitando depósito ou transferências, além de desconfiar de fotos de conhecidos com números diferentes.



MPPI Ministério Público do Estado do Pisuí

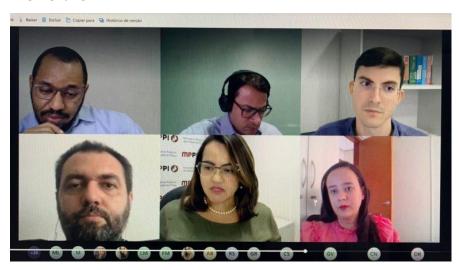
REUNIÃO DE TRABALHO "APRESENTAÇÃO DO TUTORIAL DE VISITAS TÉCNICAS E DEPOIMENTO ESPECIAL EM ANTECIPAÇÃO DE PROVA EM CASO DE OITIVA DE CRIANÇA OU ADOLESCENTE VÍTIMA OU TESTEMUNHA DE VIOLÊNCIA PERANTE AUTORIDADE POLICIAL OU JUDICIÁRIA"

No dia 15 de setembro de 2021, foi realizada reunião de trabalho promovida pelo Grupo de Atuação Especial de Controle Externo da Atividade Policial (GACEP) e Centro de Apoio Operacional às Promotorias Criminais (CAOCRIM). O encontro correspondeu à execução da etapa número cinco do Projeto "MPPI Sempre Presente na Defesa da Segurança Pública", que integra o Plano Geral de Atuação do Ministério Público do Estado do Piauí para o biênio 2020-2021. O objetivo foi capacitar os integrantes do MPPI para realização das visitas técnicas ordinárias às unidades da polícia civil e órgãos de perícia técnica do estado do Piauí.

O coordenador do CAOCRIM, promotor de Justiça Luciano Ramos, conduziu a abertura da reunião e passou a palavra para a coordenadora do GACEP, promotora de Justiça Fabrícia Barbosa, que apresentou o Tutorial de Visitas Técnicas às Unidades de Polícia Civil, elaborado em conjunto pelos dois órgãos.

Ela falou sobre providências prévias à visita, condições materiais, registro dos documentos (inquéritos, fianças, objetos apreendidos e requisição de exames periciais), no momento da visita e as providências pós-visita, incluindo a elaboração de relatório detalhado, instauração de procedimento administrativo e expedição de recomendações por parte dos promotores de Justiça.

Após a exposição do tutorial, o promotor de Justiça Cláudio Soeiro, que coordena o GAECO e é titular da Promotoria de Justiça que atua nos processos sobre crimes contra crianças e adolescentes, discorreu sobre a necessidade de observância da Lei nº 13.431/2017.



PALESTRA "NOVO CRIME DE VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA CONTRA A MULHER"

No dia 16 de setembro de 2021, o Ministério Público do Estado do Piauí realizou palestra com o tema "Novo crime de violência psicológica contra a mulher". O crime foi incluído no Código Penal Brasileiro pela Lei nº 14.188/2021, que criou o programa Sinal Vermelho Contra a Violência Doméstica e Familiar.

O evento foi articulado pelo Centro de Apoio Operacional às Promotorias Criminais (CAOCRIM) e pelo Núcleo das Promotorias de Justiça de Defesa da Mulher

Vítima de Violência Doméstica e Familiar (NUPEVID), em parceria com o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF).

Para debater sobre o tema, a palestrante convidada foi a promotora de Justiça Valéria Diez Scarance Fernandes, do Ministério Público de São Paulo. Ela é mestre e doutora em Processo Penal e coordenadora do Núcleo de Gênero, atuando no enfrentamento da violência contra a mulher. "A violência tem muitas formas além da física. No contexto doméstico, a violência psicológica tem o poder de destruir a principal arma de uma mulher: a autoestima. O padrão da violência de gênero é o silêncio da vítima, sendo ainda maior na agressão psicológica. Com a pandemia, a vulnerabilidade aumentou devido ao confinamento com os parceiros, que, na maioria dos casos, são os autores do crime", comentou.

Outros assuntos debatidos durante a palestra: as diferenças entre dano emocional e dano psíquico; o conceito de desamparo aprendido, que é quando a vítima não consegue mais identificar as situações de violência; e as consequências para as vítimas, como dores crônicas, síndrome do pânico, depressão e distúrbios alimentares, entre outros. A promotora de Justiça também explanou sobre a legislação no Brasil, as condutas previstas na lei, os sujeitos do crime e as medidas protetivas.



7.10. OUTUBRO

OFICINA "GESTÃO DE PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS - REGIONAL TERESINA"

O Ministério Público do Piauí realizou, nos dias 20 e 21 de outubro de 2021, a I Oficina Regional de Gestão de Procedimentos Extrajudiciais Cíveis e Criminais, para a Regional Teresina. A capacitação foi realizada pelos Centros de Apoio Operacional de Combate à Corrupção e Defesa do Patrimônio Público – CACOP, pelo de Apoio às Promotorias Criminais – CAOCRIM, e pelo de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CEAF. O curso ocorreu, de forma presencial, no auditório da Procuradoria-Geral de Justiça do Piauí, em Teresina, na sede Centro do MPPI.

Durante a capacitação, os participantes assistiram a palestras proferidas pelo promotor de Justiça Luciano Ramos, coordenador do CAOCRIM; pelo analista processual Gerson Mesquita, servidor do GAECO (Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado); pelo promotor Cláudio Soeiro, coordenador do GAECO; pelo promotor de justiça e coordenador do CACOP, Plínio Fabrício de Carvalho Fontes e por Fernando Ferreira dos Santos, promotor de justiça aposentado da 44ª Promotoria de Justiça de Teresina.

Nas exposições foram abordados assuntos relativos aos procedimentos investigativos criminais, a celebração de acordos de não persecução cível (ANPC), ao uso do sistema "Busca Integrada de Dados (BID) e consultas a informações fiscais e bancárias. Por último, os integrantes do MPPI acompanharam uma apresentação sobre gestão procedimental.





TREINAMENTO VIRTUAL "ANÁLISE DE RELATÓRIOS E EXTRAÇÃO DE INFORMAÇÕES JUNTO AO SIAFE/PI"

A treinamento virtual ocorreu no dia 27 de outubro do corrente ano, no horário de 09h às 11h, através da plataforma Microsoft Teams e foi ministrada pelo ex servidor do MPPI, Sérgio Ricardo Rodrigues Silva

O objetivo da realização da oficina sobre o Sistema de Administração Financeira do Estado – SIAFE foi dotar as equipes da Controladoria Interna e da Assessoria para Programação Orçamentária (APG) de conhecimentos e habilidades necessárias para o acompanhamento da execução orçamentária e financeira da Instituição, através da análise e verificação de oportunidades de melhorias que permitissem o alcance das metas previstas em Planejamento Estratégico e Plano de Gestão vigente.

A proveitosa execução orçamentária permite um melhor planejamento dos orçamentos de anos seguintes, sendo necessário para tanto a análise qualitativa

de como esse orçamento está sendo executado, bem como sua conformidade com a gestão financeira, haja vista a impossibilidade de se manter tais pontos (orçamento x finanças) descasados.

Dentro da segregação de funções, é necessário que as unidades envolvidas no processo de gestão orçamentária e financeira atuem de modo a não só executar atos operacionais dessa natureza, mas também seja feita uma análise sobre a necessidades de aperfeiçoamento.

Nesse ínterim, ganha relevo as atividades da Assessoria Orçamentária da APG e a Controladoria Interna, como indutores de melhorias nessa seara. O SIAFE entra como ferramenta informatizada capaz de trazer informações importantes, com a emissão de relatórios, que após análise pelas unidades, servirão de supedâneo à tomada de decisão.

PALESTRA "INFILTRAÇÃO DE FACÇÕES CRIMINOSAS NO ESTADO DO PIAUÍ"

O Ministério Público do Piauí, por meio dos Centros de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça Criminais (Caocrim) e o de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Ceaf), realizou, no dia 29 de outubro, a palestra "Enfrentamento das Facções Criminosas no Estado do Piauí". A capacitação ocorreu de forma presencial, no auditório da sede do Ministério Público na zona Leste de Leste de Teresina, e contou com a participação de membros e servidores do Ministério Público.

Como palestrante, foi convidado o diretor de Inteligência da Secretaria de Justiça, delegado de Polícia Civil Charles de Holanda Pessoa. A palestra contou, ainda, com as presenças do secretário e do subsecretário de Justiça do Piauí, Carlos Edilson e Fanuel Adalton.

O secretário de Justiça pontuou a relevância do diálogo entre as instituições e órgãos de estado. "Essa palestra hoje é um momento muito importante, porque temos de trabalhar juntos, fortalecendo o sistema de Justiça. O Ministério Público pode nos ajudar de forma significativa", disse.



7.11. NOVEMBRO MINICURSO "ATENDIMENTO E ACOLHIMENTO À MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA"

A Ouvidoria do Ministério Público do Estado do Piauí, em parceria com o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Ceaf/MPPI), realizou, no dia 05 de novembro de 2021, capacitação para os integrantes da instituição que atuarão junto à Ouvidoria das Mulheres. A formação aconteceu na sede do Ceaf, no edifício do MPPI na zona Leste de Teresina.

"A Ouvidoria das Mulheres vai receber mulheres vítimas de todas as formas de violência contra a mulher: física, moral, patrimonial e psicológica. Essa capacitação tem um papel fundamental para os atendimentos que serão feitos, pois a equipe deve estar preparada para saber ouvir, atender e entender o problema, e prestar um bom acolhimento a quem está passando por uma situação delicada e recorre ao Ministério Público", afirma a ouvidora do MPPI, procuradora de Justiça Teresinha de Jesus Moura Borges Campos.

A primeira parte da curso foi conduzida pelas psicólogas Cynara Veras, servidora do Nupevid (Núcleo de Promotorias de Justiça de Defesa da Mulher Vítima de Violência Doméstica e Familiar), e Liandra Nogueira e Michelle Rodrigues, estas da CPPT/MPPI (Coordenadoria de Perícias e Pareceres Técnicos).

As três desenvolveram discussões sobre assuntos relacionados aos desafios no atendimento às mulheres vítimas de violência, sobre a importância da escuta empática e do acolhimento, o uso de técnicas de comunicação não violenta e o fluxo das demandas recebidas nos casos de violência sofrida por mulheres.

Pela tarde, aconteceu a segunda parte do treinamento, que foi desenvolvida pelas promotoras de Justiça Amparo Paz e Luísa Lacerda, coordenadora e integrante do Nupevid, e Cynara Barbosa, coordenadora do Núcleo de Práticas Autocompositivas e Restaurativas (Nupar). As promotoras de Justiça trabalharam temas como a Lei Maria da Penha, a Rede de Serviços de atendimento à mulher em situação de violência e os traumas causados pela violência contra a mulher.



MINICURSO "SISTEMA DE CONTROLE INTERNO (SCI)"

O minicurso "Sistema de Controle Interno (SCI)" foi destinado a 25 membros e servidores lotados em unidades administrativas do MPPI e ocorreu no auditório da sede da Casa da Cidadania, nos dias 22, 23 e 24 de novembro de 2021.

A capacitação ocorreu mediante processo de contratação e abordou o sistema de controle interno no formato das Três Linhas (de defesa) contendo o Subsistema de Controles Internos Administrativos integrado ao gerenciamento por processos de trabalho e gestão de riscos.

OFICINA "GESTÃO DE PROCEDIMENTOS CÍVEIS E CRIMINAIS - REGIONAL PARNAÍBA"

O Ministério Público do Estado do Piauí realizou, nos dias 25 e 26 de novembro de 2021, a Oficina Regional de Gestão de Procedimentos Extrajudiciais Cíveis e Criminais no município de Parnaíba, região norte do Piauí.

O evento foi promovido por iniciativa do Centro de Apoio Operacional de Combate à Corrupção e Defesa do Patrimônio Público (Cacop) e do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça Criminais (Caocrim), com o apoio do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), do Grupo de Atuação Especial de Controle Externo da Atividade Policial (Gacep) e do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Ceaf).

O objetivo das oficinas foi favorecer o aumento da resolutividade da atuação extrajudicial do Ministério Público, com a uniformização dos procedimentos.

Entre os assuntos abordados, estavam os procedimentos investigativos criminais e o uso do sistema Busca Integrada de Dados (BID). Participaram do curso servidores lotados nos municípios que compõem a regional de Parnaíba.

Atuaram como palestrantes os promotores de Justiça Plínio Fontes, coordenador do Cacop; Luciano Ramos, coordenador do Cacorim; Cláudio Soeiro, coordenador do Gaeco; Fabrícia Barbosa, coordenadora do Gacep; e Rômulo Cordão, titular da 8ª Promotoria de Justiça de Parnaíba, além do analista processual Gerson

Mesquita, servidor do Gaeco.



WEBINAR "SISTEMA DE INFORMAÇÕES PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA E A ATUAÇÃO DO CONSELHO TUTELAR

O Ministério Público do Estado do Piauí (MPPI), por meio do Centro de Apoio Operacional de Defesa da infância e Juventude (CAODIJ), em parceria com o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF), realizou, no dia 29 de novembro de 2021, o webinar "Sistema de Informações para a Infância e Adolescência (SIPIA) e a atuação do Conselho Tutelar", para dialogar sobre a necessidade dos dados para uma atuação eficaz do Conselho Tutelar e fomentar a sua implantação nos municípios através do acompanhamento pelas Promotorias de Justiça.

O SIPIA é um sistema fornecido pelo governo federal, por meio do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos e tem como finalidade o tratamento das informações de atendimento de crianças e adolescentes, pela rede de garantia de direitos de crianças e adolescentes. A Resolução nº 170 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) torna obrigatória a utilização do SIPIA pelo Conselho Tutelar, inclusive traz a responsabilidade da elaboração de um plano de implantação por parte do CMDCA.

Na primeira exposição, o Coordenador Técnico Nacional do SIPIA, Antônio Cláudio Lima da Silva destacou a importância da ferramenta no dia dia do Conselho Tutelar. "Só o SIMP Conselho Tutelar faz essa estruturação dos dados, seguindo os direitos fundamentais do ECA, faz uma combinação de cruzamentos de dados com a localidade e perfil da vítima chegando até o nível dos bairros".

Na segunda parte do webinar o Presidente da Associação de Vereadores e Ex-Conselheiros Tutelares do Piauí (ACONTEPI), Francisco Leite, atualizou dados dos municípios visitados. "O objetivo das visitas é levantar o diagnóstico do estado e ver a real necessidade dos conselheiros tutelares. Dos 112 municípios visitados apenas 32 possuem dois computadores, a maioria tem apenas um computador em estado obsoleto, a estrutura do conselho precária ao extremo", disse.

No encerramento do evento, a Coordenadora do Centro de Apoio Operacional de Defesa da infância e Juventude (CAODIJ), promotora de Justiça Joselisse Nunes de Carvalho Costa, destacou a importância da estruturação, capacitação e utilização do SIPIA pelos Conselhos Tutelares.

Também participaram do evento o Coordenador Estadual do SIPIA, Anderson Saraiva e o Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, Antônio José Mendes



7.12 DEZEMBRO PALESTRA MOTIVACIONAL "A ARTE DE SE REINVENTAR: INOVAÇÃO E SUPERAÇÃO DE DESAFIOS"

No dia 15 de dezembro ocorreu o segundo dia de atividades da Semana do Ministério Público 2021. A programação do evento aconteceu de forma híbrida, sendo parte presencial no auditório da Sede Leste do MPPI, em Teresina, e parte transmitida de forma online, através da plataforma Teams.



Dentro outras atividades da programação do dia, destacamos a palestra "A arte de se reinventar: Inovação e superação de desafios", proferida pelo psicólogo e coach Márcio Vaz. Ele apresentou a ressignificação de alguns conceitos sociais, a partir da sua experiência de vida. "Nós temos passado por momentos difíceis, seja crise econômica, política, ou pela própria pandemia. Isso tem mexido muito com as pessoas na questão psicológica. Então, trabalhamos hoje aqui esse reinventar diante das dificuldades. De podermos, nas crises, se adaptar ou se reinventar, que embora difícil, é possível. Trabalhamos nessa forma, agir tendo um novo espectro, com uma visão mais positiva, mas não romântica. Encarar as dificuldades e buscar as soluções", pontou. O palestrante trouxe ainda um pouco do uso da criatividade, da força de vontade, da lei do esforço e novos sentidos para a palavra empreender.

08. CURSOS EM EAD 2021- PLATAFORMA MOODLE

O CEAF conta com 08 (cursos) disponíveis em sua plataforma de cursos remotos, sendo que 04 (quatro) desses lançados no ano de 2021 e 01 (um) em fase de conclusão.



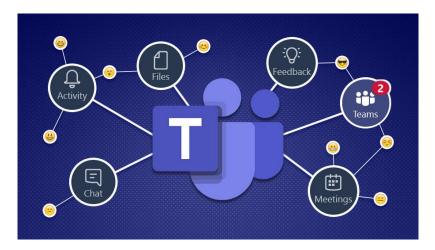
Comunicação Não -Violenta



Orçamento Público



Manual para Promotorias de Justiça com atuação na defesa do consumidor



Introdução ao Microsoft Teams



SIMP 3

9. CURSOS POR VIA DE CONTRATAÇÃO

- Curso de capacitação para 1 servidor de TI do GAECO que foi treinado para identificar o hardware, diagnosticar a metodologia e operar sem a ajuda de terceiros, uma extração avançada chip-off do conteúdo da EMMC e posterior processamento dos dados que estejam armazenados em dispositivos móveis. O treinamento correspondeu ao empenho de R\$ 2.100,00, conforme inexigibilidade nº 12/2020, art. 25, inciso II, da lei nº 8.666/93.
- Contratação do programa conexão GOVT&I, um amplo e inovador programa de desenvolvimento de habilidades e competências na área de governança e gestão de T&I, com foco na implementação do framework cobit e implementação do plano nacional de tecnologia da informação no âmbito do ministério público brasileiro. A capacitação correspondeu ao empenho de R\$ 29.700,00, conforme inexigibilidade nº 11/2020, art.25, II, lei nº8.666/93, para o exercício de 2021.
- Contratação de empresa especializada para curso on-line na formação de 20 (vinte) integrantes do MPPI em facilitadores/as de círculos virtuais de construção de paz. A capacitação correspondeu ao empenho de R\$ 12.920,00, conforme dispensa de licitação nº 08/2021.
- Contratação de empresa especializada em capacitação sobre aspectos relevantes da nova lei de licitações e as principais inovações nas contratações públicas, para 31 (trinta e um) servidores do MPPI. A capacitação correspondeu ao empenho de R\$ 26.465,01, conforme inexigibilidade nº 04/2021, art. 25, inciso II, da lei nº 8.666/93.
- Contratação de 03 (três) inscrições em seminário nacional de processo administrativo disciplinar, objetivando a participação de 03 (três) promotores-corregedores auxiliares da corregedoria geral do MPPI no referido evento de aperfeiçoamento funcional, que ocorreu nos dias 26 a 28 de abril de 2021, na modalidade online e ao vivo. A capacitação correspondeu ao empenho de R\$ 3.000,00, conforme inexigibilidade de licitação nº 05/2021 (art. 25, inciso II, da lei nº 8.666/93).
- Contratação de curso on-line para a capacitação de 40 (quarenta) integrantes do MPPI que aborde a temática "liderança no serviço público". A capacitação correspondeu ao empenho de R\$ 1.096,80, conforme dispensa nº 17/2021, art. 24, II da lei nº 8.666/93 e suas alterações.
- Contratação de empresa especializada na realização de seminário de capacitação nominado de 3º seminário nacional de obras públicas e manutenção predial, para 07 (sete) servidores do MPPI. A capacitação correspondeu ao empenho de R\$ 7.000,00, conforme inexigibilidade de licitação nº 09/2021.
- Inscrição de 15 (quinze) integrantes do MPPI em curso com a temática "escuta especializada". A capacitação correspondeu ao empenho de R\$ 8.400,00, conforme dispensa nº 25/2021, art. 24, II da lei nº 8.666/93 e suas alterações.
- Participação de membros ou servidores do MPPI que atuam nos polos regionais do curso/encontro 2º ENAFAM encontro online de acolhimento familiar, que ocorreu nos dias 28 a 30 de setembro de 2021. A capacitação correspondeu ao empenho de R\$ 1.020,00, com embasamento legal no art. 25, II, c/c art. 13, vi, ambos da lei n. 8.666/93 e inexigibilidade de licitação nº 16/2021.

- Contratação da empresa AOVS Sistemas de Informática S.A. para fornecimento de 21 (vinte e uma) licenças, no plano CORP, para acesso aos mais de 1200 cursos técnicos oferecidos na plataforma ALURA, de ensino à distância EAD. A capacitação correspondeu ao empenho de R\$ 25.200,00, conforme inexigibilidade nº 15/2021.
- Contratação de curso presencial para a formação de 09 (nove) servidores lotados no NUPAR em medidas de segurança contra incêndio. A capacitação correspondeu ao empenho de R\$ 2.315,00, conforme dispensa nº 34/2021, art. 24, II da lei nº 8.666/93 e suas alterações, no exercício de 2021.
- Contratação de curso para a capacitação de 39 (trinta e nove) promotores de justiça do MPPI que aborde a temática "estratégias e segredos do tribunal do júri". A capacitação correspondeu ao empenho de R\$ 31.000,00, conforme inexigibilidade nº 18/2021 (art. 25, caput, da lei nº 8.666/93), sem contrato, no exercício de 2021.
- Contratação da empresa Vaz Fernandes Coaching & Consultoria, CNPJ: 26.943.051/0001-40, com profissional especializado para ministrar palestra motivacional para 100 (cem) membros e servidores do MPPI, em razão da comemoração ao dia do ministério público. Ocorreu presencialmente, no auditório da sede leste do MPPI, no dia 15 de dezembro de 2021. A capacitação correspondeu ao empenho de R\$ 10.713,00, conforme inexigibilidade nº 21/2021 (art. 25, II, da lei nº 8.666/93).

10. INTEGRANTES DO MPPI CONTEMPLADOS COM BOLSAS EM CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO NA ESCOLA DO LEGISLATIVO – ANO 2021

GESTÃO ESTRATÉGICA DE PESSOAS COM COACHING

EDERSON PEREIRA CORDEIRO DIREITO

DIREITO MÉDICO E PROTEÇÃO JURÍDICA À SAÚDE

CONCEIÇÃO DE MARIA NASCIMENTO DE OLIVEIRA

SUPLENTE: RENNISON DIEGO PRADO FEITOSA

DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL

DENNYS DE PAULA OLIVEIRA BARROSO;

FRANCISCO EDUARDO PEREIRA ALVES SUPLENTE:

SUPLENTE: HUGGO GOMES ROCHA

DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL

ÂNGELO DE OLIVEIRA LEITE:

LINDINEIDE CACILDA DA SILVA

SUPLENTE: REBECA CORREIA SILVA

DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO

EDNOLIA EVANGELISTA DE ALMEIDA:

MARIANA MARTINS SIQUEIRA SAMPAIO

SUPLENTE: JAYANE FRANCISCA ESTEVÃO BARBOSA

LICITAÇÕES E CONTRATOS

IRAILDO WELINGTON DO NASCIMENTO

SUPLENTE: GILSON SOUZA DOS SANTOS

DIREITO TRIBUTÁRIO E PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

EDMUNDO ESTEVES SOARES JÚNIOR

SUPLENTE: JOSÉ LUSTOSA DE SOUSA FILHO

11. ENCONTRO COM A LEITURA COMENCONTRO COM A LEITURA

O Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) deu iniciou no ano de 2020 ao projeto Encontro com a Leitura, em que foram realizados, através da plataforma Microsoft Teams, grupos abertos aos membros e servidores do MPPI, para leitura e discussão de obras da literatura. O projeto teve continuidade no ano de 2021, com a realização de mais 10 (dez) edições, com rodas de conversa mediadas por integrantes do MPPI.



O VIII Encontro da Leitura contou com a participação da Servidora Adjalina Coelho como mediadora e a obra discutida foi "A morte de Ivan Ilitch". Na oportunidade, foram discutidos os sentimentos mais profundos do personagem principal desse clássico da Literatura Russa.



A obra discutida durante o IX Encontro com a leitura foi "Em busca de sentido" e a discussão da leitura foi mediada pela Promotora de Justiça Itanieli Rotondo Sá.



O X Encontro com a Leitura propôs uma viagem pela fascinante história de "A menina que roubava livros". Em diálogo mediado pelo Promotor de Justiça Rômulo Cordão, os participantes compartilharam o amor pelos livros e a leitura.



A obra do XI Encontro com a Leitura foi "A coragem de ser imperfeito" e o encontro oportunizou que participantes aprendessem sobre vulnerabilidade, autoconfiança e habilidades socioemocionais. A leitura foi mediada pela Analista Ministerial Gabriela Amâncio.



O XII Encontro, por sua vez, contou com a leitura dos diários de um mulher negra favelada. "Quarto de despejo" foi a obra escolhida pela mediadora Nina Araújo, Servidora do MPPI, para gerar discussões sobre questões históricas e sociais no Brasil.



Após, o XIII Encontro com a Leitura trouxe a proposta de leitura de um livro reportagem, com temática de destacada relevância para a atuação ministerial. A mediação da leitura foi realizada pelo Procurador de Justiça do MPPI Fernando Ferro. Na oportunidade, os participantes compartilharam aspectos da leitura e da vivência pessoal de cada um.



No XIV Encontro com a Leitura foi a vez de ler e compartilha experiências sobre um clássico da literatura nordestina. O Promotor de Justiça Silas Sereno escolheu "São Bernardo" para a leitura compartilhada com os integrantes do MPPI.



Da literatura nordestina a uma leitura cheia de significados internos, lemos no XVEncontro com a Leitura o bestseller "Você pode curar sua vida". A partilha de leituras teve a mediação da Procuradora de Justiça Teresinha de Jesus Borges.



O XVI Encontro com a Leitura proporcionou discussão do clássico "O pequeno príncipe", um conto cheio de significados e possibilidades de reflexão. A mediação do mês foi realizada pela Promotora de Justiça Carmelina Moura.



Terminamos o ano com o XVII Encontro com a Leitura, que discutiu a obra "A cabeça do santo", com mediação do Promotor de Justiça José de Arimatea. Na oportunidade, os participantes compartilharam a importância das leituras realizadas ao longo do ano.



12. RELATÓRIO BIBLIOTECA

A Biblioteca do Ministério Público do Estado do Piauí "Procurador de Justiça Waldyr Silva Guimarães", é vinculada ao Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Institucional do Ministério Público do Estado do Piauí, e foi criada através do Ato PGJ nº 525/2015 e seu Regimento Interno aprovado pelo Ato PGJ nº 661/2017.O quadro funcional da Biblioteca era composto por 01 servidora, a qual se aposentou em dezembro de 2021.

O acervo da Biblioteca permanece o mesmo de 2020, sendo composto de 1045 livros, dos quais 666 adquiridos através de compra e 379 através de doação.

A catalogação e registro dos livros são realizados pelo software livre Biblivre, mas o empréstimo é feito manualmente através de um livro de empréstimos;

Em razão da pandemia da COVID19 no ano de 2020, com a publicação do Ato PGJ n° 995/2020 em março (que dispõe sobre medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo COVID-19), a Biblioteca manteve-se fechada desde a publicação deste, permanecendo fechada até o presente momento. Por se tratar de um setor que recebe público interno e externo todo dia, tem-se um alto risco à contaminação pelo COVID19, do qual deve-se sua interrupção de suas atividades presenciais.

O Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional gerenciou projeto que resultou na implementação de 02 (duas) bibliotecas virtuais no Ministério Público do Estado do Piauí: Plataforma Fórum e Revista dos Tribunais. As plataformas parceiras oferecem centenas de títulos da área jurídica, acessíveis a todos os integrantes da Instituição. O objetivo é ampliar, facilitar e incentivar o acesso ao conhecimento, para subsídio às atividades ministeriais